**Orientações gerais - Descumprimento de oferta**

**Objetivo:** obter a prestação de serviço ou produto de acordo com o ofertado ou rescindir o contrato em virtude da impossibilidade de cumprimento da oferta. Você deve preencher a petição de acordo com o problema sofrido.

**Importante:** o pedido deve ser apresentado na Secretaria do Juizado Especial Cível (“JEC”). É necessário incluir no documento o nome, a qualificação (nacionalidade, estado civil, RG, CPF, e e-mail, caso tenha) e o endereço das partes; os problemas que ocorreram durante a relação de consumo e fundamentos jurídicos para a solução.

Se possível, inclua o objeto do pedido e seu valor. Anexe também todos os documentos referentes ao problema de consumo. Lembre-se de que há atendimento especializado em cada Juizado para auxiliar na redação da petição.

**Atenção!** **Guarde sempre o original dos documentos, pois eles são a prova de seu direito.**

**Sobre a petição**: Os trechos destacados devem ser alterados pelo(a) associado(a). Assim, seus dados e os dados do fornecedor, os problemas que ocorreram, etc. Os demais trechos podem permanecer inalterados.

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DIRETOR(A) DO JUIZADO CÍVEL DA (*inclua aqui, em letras maiúsculas, o nome da cidade ou do fórum regional)***

***(Deixar um espaço de cerca de 8 linhas, em branco).***

***(Neste parágrafo, você deverá indicar seus dados pessoais nesta ordem: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e e-mail)*** residente e domiciliado nesta capital ***(inserir endereço),*** vem propor a presente ação em face de ***(nome da empresa)***, localizada ***(endereço)***, pelos motivos abaixo:

**I – Os fatos**

Em ***(indicar a data)***, o(a) Autor(a) tomou conhecimento da oferta do produto/serviço ***(indicar o produto/serviço)*** por meio do ***(indicar o meio pelo qual o produto/serviço foi ofertado. Ex.: internet, panfleto, televisão, etc.)***.

Na oferta veiculada, estava previsto que o produto/serviço teria as seguintes características ***(indicar as características do produto/serviço de maneira objetiva, relatando o que de fato foi ofertado, e não aquilo que era esperado, mas não correspondeu às suas expectativas. Se possível, anexe a oferta à petição)***.

Contudo, no momento de aquisição/contratação do produto/serviço, as condições de aquisição/prestação estavam em desacordo com o que foi proposto na oferta ***(indicar as características que não corresponderam ao que foi ofertado)***.

Diante desta situação, no dia ***(indicar a data)***o(a) Autor(a) entrou em contato com o(a) Réu/Ré por meio de ***(indicar o modo de contato. Ex.: carta, e-mail, telefone, etc.*)**, a fim de questionar essa divergência e resolver o problema de maneira amigável ***(indicar se houve alguma outra forma de tentar solucionar o problema extrajudicialmente, como, por exemplo, denúncia à agência reguladora ou reclamação na plataforma consumidor.gov.br. Se possível, anexe provas dessa(s) outra(s) tentativa(s))***.

No entanto, não houve colaboração com essa(s) iniciativa(s), de modo que não restou ao Autor outra opção a não ser buscar o respeito a seus direitos como consumidor por meio do Poder Judiciário, como é garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

**II – O direito**

**II.1 – O descumprimento de oferta**

***(Observação: Como o Código de Defesa do Consumidor prevê 3 alternativas para o consumidor garantir seu direito no caso de descumprimento de oferta, você poderá (i) escolher apenas uma delas, (ii) definir uma como pedido principal e deixar as outras como pedidos subsidiários ou (iii) indicar as três alternativas, como pedidos subsidiários).***

***(Inserir os parágrafos abaixo caso queira exigir o cumprimento forçado da oferta):***

Considerando que o(a) Réu/Ré formulou uma oferta, suficientemente precisa, e se recusou a cumpri-la, trata-se de uma situação que configura descumprimento de oferta.

Dessa forma, é direito legítimo do(a) Autor(a) exigir o cumprimento forçado da obrigação, conforme o inciso I, artigo 35 do Código de Defesa do Consumidor (“CDC”):

*“Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:*

*I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade”*

***(Inserir os parágrafos abaixo caso queira exigir o outro produto ou serviço equivalente):***

Considerando que o(a) Réu(Ré) formulou uma oferta, suficientemente precisa, e se recusou a cumpri-la, trata-se de uma situação que configura descumprimento de oferta.

Dessa forma, é direito legítimo do(a) Autor(a) exigir outro produto/serviço equivalente, conforme o inciso II, artigo 35 do CDC:

*“Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:*

*II - aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente”*

Neste caso, considero que o ***(indicar o produto/serviço equivalente)*** é equivalente ao que foi ofertado, pois ***(indicar os motivos pelos quais considera ser o produto/serviço equivalente)***.

***(Inserir os parágrafos abaixo caso queira exigir a rescisão do contrato):***

Considerando que o(a) Réu(Ré) formulou uma oferta, suficientemente precisa, e se recusou a cumpri-la, trata-se de uma situação que configura descumprimento de oferta.

Dessa forma, é direito legítimo do(a) Autor(a) exigir a rescisão do contrato, bem como a devolução dos valores pagas antecipadamente, com correção monetária e sem prejuízo de perdas e danos, conforme o inciso III, artigo 35 do CDC:

*“Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:*

*III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos”*

***(Insira essa parte caso entenda que mais de uma pessoa deva cumprir a oferta e ser mantida no polo passivo da ação):***

**II.2 – A responsabilidade solidária**

A fim de facilitar a cobrança e proteger o direito do consumidor, o artigo 34 do CDC prevê que o fornecedor também é responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos. Isso caracteriza solidariedade passiva, de modo que é legítimo exigir o cumprimento dos direitos do Autor de todos os Réus aqui convocados e qualquer um deles pode – e deve – garantir que o(s) pedido(s) aqui formalizado(s) seja(m) efetuado(s).

**III – Os pedidos**

Requer-se, portanto, a citação do(a) Réu(Ré) para comparecer à audiência de conciliação a ser designada e, querendo, oferecer sua contestação oportunamente, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados, esperando que, ao final, o pedido inicial seja julgado procedente para que...

***(Escolher uma ou mais opções abaixo, conforme a sua escolha):***

* ... a oferta seja cumprida nos moldes que ela foi apresentada.
* ... o ***(indicar o produto/serviço equivalente)*** seja fornecido/prestado.
* ... o contrato seja rescindido e o valor já pago pelo Autor, equivalente a R$ ***(inserir, inclusive por extenso, o valor já pago)***, seja restituído com correção monetária.

Dá-se à causa o valor de R$ ***(indicar o valor, inclusive por extenso, correspondente ao produto/serviço ofertado)[[1]](#footnote-1)*.**

As alegações serão provadas por todos os meios admitidos em Direito.

Neste termos,

pede deferimento.

***(Local e data)***

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

***(Nome e assinatura)***

***(OBS: depois da petição, devem ser incluídas cópias dos documentos pessoais, do comprovante de endereço, como também cópia dos comprovantes que demonstram o descumprimento de oferta).***

1. O valor para recorrer ao Juizado Especial Cível não pode ultrapassar 40 salários mínimos (R$ 37.480,00, em 2017). Além disso, até 20 salários mínimos (R$ 18.740,00, em 2017) não é necessária a presença de um advogado. [↑](#footnote-ref-1)